

Resumo: Os Grupos de Reflexão/Família (GR-F) são um jeito de a Igreja se organizar para realizar sua missão evangelizadora. Contribuem para responder aos anseios por vida comunitária na medida em que ajudam a paróquia a formar redes de relações entre pessoas e grupos. O GR-F não é, portanto, um setor pastoral ou uma atividade entre outras. A proposta aqui é entender o GR-F como o jeito de a Igreja ser e o eixo dinamizador das pastorais. Isso exige desenvolver uma eclesiologia, uma espiritualidade e um planejamento pastoral que acredite nos pequenos grupos que formam a “Igreja de tamanho humano”, ajudando a paróquia a ser “comunidade de comunidades” que se sustentam no encontro, no diálogo e na cooperação.

Palavras-chaves: Igreja, comunidade, diálogo, participação, missão.

Abstract: A determinate Groups of Thought in collaboration with Family (GR-F) and related organizations are a new trend active in the Church dealing with the task of evangelization. Its aim is to answer to the aspirations for a life in community which will help the parish to organize a net of relationship between people and groups. It is to kept in mind that the GR-F is one among many sectors of pastoral activities. What remains to be made clear from now on is the unfolding of this new approach in terms of a kind of procedure interacting dynamically on other pastoral ministries. This involves a type of ecclesiology, spirituality, and programs which give value to small groups and constitute a “Church of a more human size”. Its objective should be quite helpful to organize the parish as a “community of communities” which will be consolidated by personal encounter, dialogue, mutual cooperation.

Grupo de Reflexão, modelo de comunidade para a paróquia¹

Elias Wolff*

* Presbítero da diocese de Lages/SC, professor de teologia na Faculdade Católica de Santa Catarina e na PUCPR.

¹ O presente artigo sintetiza a conferência do autor *A Igreja nos Grupos de Reflexão/Família*, feita por ocasião da Semana Teológica realizada no Instituto Teológico de Santa Catarina em 2006, que tinha como referência principal a experiência dos Grupos de Reflexão/Família no Regional Sul IV da CNBB.



Introdução

Ao refletirmos sobre a “Paróquia: comunidade de comunidades”, é oportuno resgatar uma das experiências comunitárias mais significativas vividas por longos anos em várias dioceses do Brasil: os Grupos de Reflexão/Família. Eles existem desde os anos 70 do século passado, como uma rica história de vivência da fé, de oração marcada pela bíblia e pela piedade popular, de organização de comunidades, de evangelização e atuação no meio social. É uma história vivida por gente simples, a maioria pobre, habitantes de áreas rurais ou nas periferias das cidades. Essas pessoas encontram nos Grupos de Reflexão/Família um espaço social e eclesial onde podem se expressar em suas alegrias, frustrações, esperanças. Por ser uma realidade de fé que fortalece a vivência e a convivência cristãs, a história dos GR-F é uma história de Igreja. A Igreja encontra nos Grupos um jeito próprio de ser, na simplicidade de sua organização, na liberdade de expressão, na espontaneidade dos acontecimentos, na construção do comunitário sem a complexidade institucional, com legitimidade de comunidade eclesial.

Nesta hora em que se fortalece a expectativa por um modo de ser Igreja caracterizado pela simplicidade, proximidade, encontro, diálogo e cooperação, fortalecidos na mística de Francisco, os GR-F têm muito a oferecer para uma Paróquia Comunidade de Comunidades.

1 Matrizes históricas

A origem dos GR-F tem suas raízes nos “Círculos Bíblicos” que surgiram na década de 70 do século passado. Em algumas dioceses, sobretudo do Nordeste Brasileiro, surgiram até um pouco antes, com a Campanha da Fraternidade na diocese de Natal, em 1962. A partir de 1964, a Campanha da Fraternidade foi adotada em todas as dioceses do país. Para bem viver a Campanha, surgiram os grupos que se reuniam para rezarem nas casas, sobretudo durante a Quaresma e o Natal. Com o tempo, passou-se a elaborar subsídios próprios para os encontros nesses grupos e muitos deles passaram a ser permanentes. Na década de 70, a maioria das dioceses do país já faziam a experiência comunitária nos Grupos.

Essa experiência é vivida de modos diferentes nas diversas regiões do Brasil. No Nordeste, os Círculos Bíblicos são, pelo menos em sua origem, raiz e expressão de um modelo de Igreja que se configura como Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Na região Sul e Sudeste,



eles estão mais vinculados ao estilo tradicional da paróquia. O que há de comum é o tripé que os sustenta: a oração, a reflexão e a ação². Eles são centrados na releitura bíblica que ilumina os fatos da vida, são coordenados por lideranças leigas, possuem uma estrutura simples, e uma significativa autonomia em relação à paróquia. Os GR-F são, portanto, uma forma de organizar a Igreja conforme as orientações do Concílio Vaticano II, centrada na eclesiologia do povo de Deus, com base no sacramento do batismo e no sacerdócio comum dos fiéis. O episcopado latino-americano, sobretudo nas assembléias de Medellín (1969) e Puebla (1978), deram força a essa forma de organização eclesial.

A partir dos anos 90, se intensificam novas formas de experiência comunitária, sobretudo através dos movimentos eclesiais e das chamadas novas comunidades. Diferem muito da proposta comunitária dos GR-F em seu horizonte eclesiológico, espiritual e pastoral. Também sua organização é outra: segue-se uma liderança única, que decide, orienta, dá as “normas” da comunidade – diferente dos pequenos grupos onde há mais possibilidades para partilhar a liderança; a mensagem é mais doutrinal, moral e espiritualizante, com raríssima incidência no cotidiano social das pessoas; o encontro tem características de massa, a maioria desconhecida, diferente do pequeno grupo onde todos se conhecem; se reúnem mais para ouvir uma mensagem, homilia, lição, do que para falar e partilhar suas próprias vivências.

Atualmente, os GR-F, que foram “prioridades” em muitas dioceses e paróquias até os anos 90, não recebem mais a mesma atenção pastoral. Em muitos lugares deixaram de existir aqueles pequenos grupos que se encontravam, semanalmente, para refletir e rezar os fatos da vida à luz da Palavra de Deus.

2 Características da comunidade nos GR-F

Os GR-F caracterizam-se por três elementos fundamentais: *Social* – é uma experiência de encontro comunitário que acontece nas bases da sociedade onde estão, em sua grande maioria, pessoas pobres e simples. *Teológico* – alimentam a fé num Deus próximo, presente, solidário nas lutas do cotidiano. *Eclesial* – entendem a Igreja como Povo de Deus,

² Carlos Mesters, *Introdução Geral aos Círculos Bíblicos: Guia do dirigente*, Vozes, 1981.



“Igreja nas casas/Igreja doméstica”³, “o jeito normal de ser Igreja”⁴, “um instrumento que favorece um novo jeito de ser Igreja”⁵. Entende-se que “a Igreja que estamos construindo através dos Grupos de Famílias ..., é sinal do Reino”⁶.

Essas características – social, teológica e eclesial – se expressam nos GR-F pela:

- *Dimensão comunitária da oração*: o povo tem uma herança religiosa, na qual a oração tem destaque. O povo reza com fervor e alegria, mesmo em situações de sofrimento. A dimensão comunitária da oração forma a consciência eclesial de um jeito novo, mesmo quando se cultivam as formas tradicionais de oração vocal (terço, novenas, ladainhas, etc.).
- *Celebrações*: são momentos privilegiados e de encontro, comunhão, animação evangélica, afirmação da esperança. É algo essencial da Igreja GR-F, presente no dia-a-dia como fator de união, festa, solidariedade e reflexão. Aqui o povo mostra sua criatividade com respeito aos símbolos, à vivacidade e fecundidade, plasmando a liturgia em sintonia com a vida concreta, com cantos, oração, a Palavra, a partilha. É uma celebração doméstica, familiar, na qual os acontecimentos do cotidiano são motivos de louvor e súplica.
- *Vida sacramental*: a Igreja dos/nos GR-F permite uma eficaz compreensão dos sacramentos e uma revisão de sua administração⁷. Trata-se de sinais de santificação e edificação da Igreja, fecundados pela vivência concreta que historiza o amor/caridade, para o qual os sacramentos apontam. Os sacramentos são celebrações proféticas do Reino. Não são ritos mágicos, mas

³ DIOCESE DE CRICIUMA, *Orientações para Animadores e Animadoras – Grupos de Família*, s/d, 3.

⁴ DIOCESE DE RIO DO SUL, *Igrejas nas Casas – Subsídio para formação de animadores de Grupos de Reflexão*, 2004.

⁵ ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *A Igreja nas Casas – Espiritualidade e missão dos animadores e animadoras dos Grupos de Reflexão*, 2002, 13.

⁶ DIOCESE DE LAGES, *Diretrizes e Orientações Pastorais da Ação Evangelizadora – 200-2003*, 22.

⁷ Há dioceses que, explicitamente, vinculam GR-F e sacramentos: DIOCESE DE LAGES entende ser o GR-F o espaço para a formação/catequese do sacramento do Batismo; exorta para que catequistas e catequizandos sejam participantes ativos nos GR-F (*Diretrizes e Orientações*, 48ss).



sinais de vida nova, de serviço de responsabilidade solidária por um mundo melhor e por uma Igreja sacramento do Reino. Nos GR-F eles revelam toda a sua densidade e dimensão dialógica e libertadora.

É importante observar, ainda, as características de *institucionalidade e autonomia* do GR-F. Ele não é uma organização paralela à organização da paróquia. É a própria comunidade paroquial reunida em grupos. Isso dá um caráter institucional ao GR-F, presente nas discussões dos Conselhos Diocesanos e Paroquiais que planejam a evangelização, com pertinência na catequese, na liturgia, nos movimentos etc. De outro lado, o caráter institucional dos GR-F não pode tirar-lhes a liberdade e a autonomia. Eles não podem ser enquadrados em esquemas formais a partir da instituição. A sua autonomia se manifesta: na espontaneidade e liberdade para a organização dos grupos e para a realização dos encontros; nas estruturas dos grupos em relação às estruturas paroquiais; na prioridade da atuação dos ministérios leigos em relação aos ministérios ordenados.

Assim, a paróquia, a diocese, o regional, funcionam como *elementos de referência para a promoção, articulação e abastecimento dos GR-F*, sem torná-los dependentes de suas referências institucionais como únicas. A referência primeira, que determina o modo de ser concreto da Igreja no GR-F é a comunidade local onde o grupo existe. É com base nessa realidade que outras instâncias podem ajudar na formação e andamento dos GR-F.

3 Mas..., o que é mesmo um Grupo de Família/ Reflexão?

Assumimos aqui a definição de “grupo” apresentada por Pichón-Rivière, psiquiatra e psicanalista argentino, o qual afirma que

*Grupo é todo um conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõem explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer, então, que estrutura, função, coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal, que tem seu modelo natural no grupo familiar*⁸.

⁸ Enrique PICHÓN-RIVIÉRE, *O Processo grupal*, Martins Fontes, 1982, 34.



Utilizando essa compreensão de grupo para a nossa conversa sobre os GR-F, alguns elementos merecem consideração:

- a) A formação do grupo só existe onde houver “ligação” entre pessoas, um vínculo que dura no tempo e que se vive num determinado ambiente. Essa “ligação” significa que existe um processo de mútua identificação afetiva e espiritual entre os membros do grupo, com valores comuns e também com problemas comuns. É o reconhecimento disso que “liga” os membros do grupo. No caso dos GR-F, entre os elementos de ligação destacam-se a fé, a pertença a uma mesma comunidade/Igreja, a pertença ao mesmo meio social.
- b) Todo grupo possui uma estrutura interna própria, de coordenação, função, finalidade, que articula a ligação entre as pessoas. Essa estrutura faz com que os GR-F sejam 1) *vitais*: porque vão ao encontro das realidades existenciais de seus membros, respondem aos seus anseios, expectativas, sonhos, desejos, projetos. Concretamente: os GR-F articulam a vida de fé e alimentam o desejo de uma vida socialmente feliz para todos os seus membros; 2) *ágeis*: porque dinamizam e fortalecem o encontro entre as pessoas usando a criatividade para responder às necessidades apresentadas por elas e/ou pelo ambiente; 3) *pluriformes*: de acordo com as pessoas e o ambiente, será a organização e o andamento “da situação grupal”.
- c) *Microestruturas e busca do comunitário*: os grupos são estruturas pequenas e simples, de dimensão humana, que personalizam as relações, permitem o mútuo reconhecimento e valorização das pessoas, diferente de uma certa esclerose das grandes instituições, que não satisfazem às exigências de fraternidade. Assim, os GR-F são “microcomunhões” (Besret), mostrando que a pertença à Igreja passa pela pertença a uma multidão de pequenos grupos⁹. Os GR-F objetivam refazer o tecido comunitário pela experiência de “ser-junto”, “ser-com”, “ser-para”, caracterizado pelo desejo de comunhão. Nessas microestruturas, a comunhão é *humana*, afetiva, espiritual. Tal é um critério e condição para a comunhão também institucional e doutrinal.

⁹ Almir Ribeiro GUIMARÃES, *Comunidades de Base no Brasil*, Vozes, 1978, 55.



d) Os GR-F são *unidades estruturantes da Igreja*: por eles e neles, a Igreja assume um jeito próprio de ser, uma organização específica, peculiar, de acordo com a experiência de fé que ali acontece. A essência dessa organização consiste em fazer com que as estruturas eclesiais sejam mais circulares, colegiadas, acolhedoras, inclusivas. A paróquia, historicamente “guardiã da tradição” e centro unificador único, dá espaço para outro ponto de referência, o grupo, onde acontece o encontro e a comunhão de vida entre as pessoas. Diferentes GR-F formam uma *rede de contatos* em diferentes níveis da vida cristã e eclesial. Esta “rede”, formada pelos GR-F, tem três tarefas:

- 1) possibilitar a comunhão sem fragmentar a experiência de fé;
- 2) possibilitar uma vida cristã autêntica num processo de educação continuada na fé;
- 3) ser o “centro de coordenação e animação de comunidades, grupos e movimentos” (Puebla, 640).

4 Objetivos dos Grupos de Reflexão/Família

O *objetivo geral* dos GR-F é *evangelizar*, anunciando e testemunhando a libertação que vem com o advento do Reino¹⁰. Isso acontece através da experiência da “Igreja nas casas”, “na base”, no “chão da vida”. Visa “aproximar a Igreja de hoje com a vida das primeiras comunidades cristãs”¹¹, favorecendo o amadurecimento do ser cristão na vida pessoal e comunitária. Assim, o GR-F “evangeliza a pessoa, a família, a comunidade e a sociedade como um todo, em parceria com as pastorais, movimentos e ministérios, para conscientizar o povo de Deus, fortalecer a vivência cristã e transformar a realidade social”¹².

Desse objetivo geral, saem os objetivos *específicos* para os GR-F:

- 1) Possibilitar a formação permanente da vida cristã, sobretudo para os adultos;
- 2) Vivenciar com profundidade os tempos litúrgicos;

¹⁰ DIOCESE DE CRICIUMA, *Orientações para Animadores e Animadoras – Grupos de Família*, 4.

¹¹ ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *A Igreja nas Casas*, 7.

¹² DIOCESE DE JOINVILLE, *Diretrizes pastorais 2003-2007*, 35.



- 3) Formar para a vida comunitária, na Igreja e na sociedade;
- 4) Despertar e formar lideranças na comunidade eclesial e na sociedade;
- 5) Contribuir com a vida paroquial na realização dos projetos de evangelização, fazendo da paróquia uma “rede de comunidades” e das comunidades uma rede de grupos¹³;
- 6) Possibilitar um maior conhecimento das pessoas, sobretudo da vizinhança, criando e fortalecendo laços de amizade, fraternidade e solidariedade – superando o anonimato, o individualismo, o egoísmo, o espírito de competição;
- 7) Despertar a consciência crítica da cidadania cristã, favorecendo a tomada de posição frente às questões sociais que contradizem o Evangelho e ameaçam a vida humana e do planeta.

Esses objetivos formam a vida cristã e eclesial, unindo oração, reflexão e ação:

*É exatamente a **reflexão** que une a oração com a ação. É pela reflexão da Palavra de Deus e da realidade social, que se consegue fazer com que a oração não seja desligada da vida, mas comprometida e comprometedora com as causas e as lutas do povo. É pela reflexão que se consegue fazer que a ação não seja desligada da fé, mas fique bem enraizada no coração de Deus. Por isso, preferimos chamar nossos grupos de **Grupos de Reflexão***¹⁴.

5 Desafios dos GR-F para a experiência comunitária na Igreja

5.1 Desafios para toda a Igreja

Compreender a Igreja como Povo de Deus e como Igreja doméstica/família/casa nos GR-F e a partir deles, tem desafios de renovação para a Igreja toda:

- a) *Mudanças na atual fisionomia da Igreja*: na mentalidade teológica, nas relações hierárquicas, no agir pastoral.

¹³ DIOCESE DE CRICIUMA, *Orientações para Animadores e Animadoras – Grupos de Família*, 3.

¹⁴ ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, *A Igreja nas Casas*, 8.



- b) *Mudanças institucionais*: além da paróquia e dos ministérios ordenados, o GR-F propõe à Igreja o reconhecimento do valor de outros espaços/mediações da vida eclesial.
- c) *Interação entre o antigo e o novo na Igreja*: não se abandona a tradição de fé, os elementos já consolidados pela tradição eclesial. Mas faz-se uma reinterpretação e atualização desses elementos para um modelo concreto de Igreja nos GR-F. Trata-se de superar a “pastoral da conservação”¹⁵, como propõe o documento de Aparecida.
- d) *Espiritualidade de serviço*: a espiritualidade desenvolvida nos GR-F tem uma característica eminentemente prática, numa interação estreita entre oração e ação, no horizonte da disponibilidade, da solidariedade, da generosidade.
- e) *Educação permanente para a vida cristã*: participar dos GR-F é desenvolver um processo de catequese permanente, numa atualização constante na fé. Isso tem consequências positivas para os participantes dos grupos e para a comunidade como um todo.
- f) *Abertura missionária*: tanto o GR-F quanto a comunidade encontram sua razão de ser no testemunho do evangelho. O evangelho é proclamado e testemunhado no meio social onde vivem os cristãos e onde a Igreja se organiza. Assim, os GR-F colocam a Igreja numa “pastoral decididamente missionária”¹⁶: decidida, como querem os bispos da América Latina.
- g) *Aceitação da variedade e organicidade dos ministérios e esclarecimento do conteúdo dos vários ministérios*: a Igreja dos GR-F é uma realidade toda ministerial, com uma pluralidade de ministérios/serviços que surgem por obra do Espírito Santo e como resposta às necessidades do serviço ao Evangelho em contextos bem definidos. É preciso saber acolher as múltiplas formas de evangelização, esclarecendo as competências devidas para os diferentes modos de agir dos ministros, num entendimento preciso da função que compete a cada um e numa relação orgânica dos diferentes serviços.

¹⁵ CELAM, *Documento de Aparecida*, n. 370.

¹⁶ CELAM, *Documento de Aparecida*, n. 370.



5.2 Desafios para a paróquia

O modo de a Igreja ser nos GR-F faz com que a paróquia como um todo seja por ele dinamizada: “os membros dos serviços, pastorais, movimentos e associações devem participar dos Grupos de Famílias em suas Paróquias como espaço comum para todos”¹⁷. Por isso, o GR-F é “o lugar da vivência da fé, da formação da consciência crítica, da formação de novas lideranças e da organização de comunidades vivas e participativas dos discípulos e discípulas de Jesus”¹⁸.

A multiplicação dos GR-F como “microcomunhões”, como “rede”, como “micro-estruturas eclesiais”, colabora com a proposta de “setorização” das paróquias, como pede o episcopado latino-americano¹⁹. Ajuda a paróquia a ser comunidade de comunidades, rede de relações. O principal desafio para a paróquia é deixar-se vitalizar, dinamizar, desmassificar, desconcentrar, descentralizar pelos GR-F. Eles exigem da paróquia mais atuação como apoio, serviço, formação, do que como administração. A matriz não é o único ponto de referência da vida eclesial, é preciso confiar nas lideranças do GR-F. As estruturas clássicas da paróquia e seus agentes, sobretudo o clero, não respondem sozinhos a todas as necessidades da evangelização. Faz-se necessário uma presença além do formal e institucional, entendendo que a paróquia sozinha não é suficiente para garantir a pertença à Igreja.

Assim, o GR-F articula-se através de concretizações e estruturas comunitárias diferentes das tradicionais, com liberdade de ação e autonomia num campo de experimentação próprio. A paróquia e suas estruturas estão a serviço dos GR-F. A matriz funciona como sinal de unidade na variedade; centro de abastecimento e apoio; deve suprir o que os GR-F não podem fazer; oferecer aos GR-F espaço de maior integração e troca fraterna. Os GR-F não são “agências” da paróquia, mas realidades de Igreja, com diferentes estruturas de pertença, relação, serviços, participação e corresponsabilidade²⁰.

É importante enfatizar que não pode haver perda do vínculo entre os GR-F e a paróquia. Nos GR-F há um jeito de ser Igreja que precisa

¹⁷ DIOCESE DE CRICIUMA, *Orientações para Animadores e Animadoras – Grupos de Família*, 4.

¹⁸ DIOCESE DE CRICIUMA, *Plano de Pastoral*.

¹⁹ CELAM, *Documento de Aparecida*, n. 372.

²⁰ Dom Luís FERNANDES, *Como se faz uma CEBs*, Vozes, 1984, 68.



ser respeitado e incentivado, sempre em comunhão com a paróquia. Autonomia e comunhão. A paróquia não impõe aos grupos o seu modo como *conditio sine qua non* de ser Igreja; e os GR-F não caminham isoladamente da paróquia. O que se deve é desenvolver um sentido de pertença mútua, espiritual e institucional, numa liberdade solidária para com os projetos de evangelização. É isso o que faz com que os GR-F sintam-se membros de uma comunidade eclesial maior, expressão dela ao mesmo tempo que contribuem para a sua renovação.

5.3 Desafios para a comunidade

Os GR-F contribuem para renovar a comunidade em alguns elementos principais:

- a) as comunidades de hoje não estão mais apoiada no simples fato de se ter uma tradição, ou na paróquia, ou mesmo apenas em princípios religiosos. Na sociedade e na cultura atuais, é cada vez mais difícil encontrar-se razões para a formação de comunidades. Estas só nascem ao redor de uma causa, um carisma, com vínculos afetivos. Isso se encontra em pessoas que possuem convicções. É esse o espírito dos participantes dos GR-F. E eles se sentirão membros da comunidade na medida em que nesta houver o espírito que os vincula nos grupos. Aqui, o desafio para a comunidade tornar-se acolhedora, sensível às necessidades e valores de seus membros, simples em suas estruturas, afetiva nas relações.
- b) Nos GR-F, o processo de construção do ser Igreja é comunitário, acontece recolhendo experiências, devagar, com paciência. Ninguém sabe tudo, todos aprendem no caminho. Há uma parceria na construção dos projetos onde se aposta mais no outro do que em si mesmo. Sabe-se reconhecer os limites, com humildade, e é preciso estar disposto a recomeçar sempre que necessário. Também isso é um desafio para a comunidade. Os membros dos GR-F se sentirão comunidade na medida da participação efetiva que nela puderem ter.
- c) Os GR-F levam a “investir e apostar na Igreja dos pequenos grupos”²¹. Igualmente, levam a crer nas pequenas comunidades, “de tamanho humano”, *versus* massa. A massa é uma

²¹ DIOCESE DE CRICIUMA, *Plano Diocesano de Pastoral 2002-2007*, 51.



“mobilização aeróbica” (Gomes de Souza). Muitos eventos e celebrações na grande comunidade são verdadeiros atos-espetáculos. A questão é se o que eles propõe tem continuidade na vida eclesial e encaminham, de fato, a vivência cristã. Muitas dessas experiências, de aparente mobilização comunitária e de conversões, pouco ou nada construíram na comunidade que permaneça. A grandiosidade das mobilizações com ares de triunfalismo e competição, perde o senso crítico sem as exigências de uma fé adulta. No GR-F, a experiência da fé, as celebrações, a prática da caridade, são ancoradas em compromissos. E é isso o que sustenta as pequenas comunidades²².

- d) Os GR-F são “experimentações abertas” (Gomes de Souza), as práticas procuram seus próprios caminhos. Não se pode formalizar a caminhada de modo muito rápido, sob o perigo de uma “enganosa eficiência” e um engessamento teórico da experiência prática. O GR-F não é uma experiência entre outras, mas a própria Igreja que se experimenta nele. Sobrevive porque responde à necessidade vital da fé para as pessoas e para a comunidade. Daqui a importância de a comunidade saber ser flexível em suas organizações, estruturas, lideranças. Onde não houver isso, não haverá também valorização e incorporação das experiências vividas nos GR-F.
- e) Os GR-F explicitam a emergência de uma novidade criadora. Trata-se do Evangelho em permanente reconstrução²³. Têm-se novas problemáticas e novos horizontes ao nível do real e da consciência possível que são tratados nos grupos – questões de gênero, da subjetividade, das etnias, da corporalidade, do ecumenismo, do diálogo inter-religioso, etc. Esses horizontes ampliam a visão de fé no GR-F e exigem opções irrenunciáveis para o grupo e para a Igreja como um todo. A partir disso, emerge a necessidade de uma refundação da comunidade eclesial, o que não é simples repetição de estruturas e orientações, mas real abertura para o novo que constrói a Igreja do hoje, para falar aos homens e às mulheres de hoje, em suas situações e contextos atuais.

²² L.A. Gomes de SOUZA, “As CEBs vão bem, obrigado”, in *REB*, 237 (2000) 106.

²³ L.A. Gomes de SOUZA, “As CEBs vão bem, obrigado”, in *REB*, 237 (2000) 107.



5.4 Desafios para uma Igreja ministerial

Os GR-F são um alargamento das potencialidades dos leigos, com uma efervescência de novos serviços/ministérios. A Igreja é tarefa de todos os batizados, da criança ao adulto, homens e mulheres. Por muito tempo, os leigos e as leigas foram expropriados/as na sua linguagem, reduzidos/as a ouvintes subservientes do padre, seduzidos/as pelo brilhantismo da oratória e traje clerical ou pela sacralidade de suas decisões/gestos. No GR-F, o/a leigo/a entende-se “agente de pastoral”, “evangelizador popular” (Puebla). É sujeito eclesial. Desenvolve-se um sentido amplo de ministérios, não resumido à prática sacramental: coordenar o grupo, arrumar o ambiente, entoar os cantos, fazer as leituras, preparar os símbolos, representar o grupo em encontros da comunidade, etc. Praticamente não existe membro do GR-F sem algum serviço.

O ministério leigo acompanha espiritualmente o GR-F e o representa na comunidade eclesial. Também representa publicamente a sua comunidade eclesial perante a população civil e as autoridades políticas. Essa representação ministerial fundamenta-se em cinco eixos: *o testemunho* do Evangelho (martyria); *o serviço-ação no mundo* (solidariedade); *o anúncio* (profecia); *a celebração* (sacerdotal); *a coordenação* (pastoral).

Esses elementos fazem com que a realidade ministerial da Igreja se manifeste naturalmente nos GR-F. A partir das necessidades do grupo é que os ministérios vão surgindo, espontaneamente. Trata-se de um dom de Deus ao grupo como tal, para o benefício de todos os que dele participam. Por isso eles não são concentrados em pessoas, são rotativos. A mesma função pode ser desenvolvida por pessoas diferentes, cada um com seu próprio modo de agir. Vê-se, assim, que os GR-F propõem um novo exercício do ministério para a comunidade eclesial. São notas características desse novo estilo a circularidade da coordenação, a democratização das decisões, a partilha das responsabilidades.

5.5 Desafios para o ministério ordenado

O ministério leigo é solidário com o ministério ordenado. Ao mesmo tempo, apresenta desafios para este ministério, apontando possibilidades – e necessidades – para uma redefinição dos ministérios clássicos na Igreja. Tais desafios se explicitam na multiplicação dos novos ministérios, na descentralização do poder, na socialização da



orientação religiosa da comunidade de fé. São componentes básicos para uma Igreja setorizada, renovada, participativa, Igreja comunhão, que se assenta nos GR-F. O ministério ordenado não esgota todos os ministérios na Igreja. E na medida em que se renova na compreensão de si mesmo, vai descobrindo qual a relação mais adequada que pode ter com os ministérios laicais e com os GR-F. Nos GR-F os ministros ordenados têm uma função mistagógica e pedagógica: dar o espírito, o *elã*, o ânimo para o grupo. Eles oferecem as condições e o apoio necessários para a organização dos GR-F como experiência de fé. Ajudam os GR-F a se afirmarem como comunidade eclesial e chão desta. Permitindo que o ministério leigo tenha seu lugar na comunidade, o ordenado deve saber calar muitas vezes e falar na hora certa; em vez de apresentar-se como o administrador, deve ser pai, conselheiro, amigo; é o ponto de encontro, de unidade entre todos – “alma escondida de tudo”²⁴, o “cura do povo de Deus”, que cuida, zela, ama.

5.6 Desafios para a evangelização

Os GR-F propõe uma evangelização que possibilite a comunicação de fé de um modo mais existencial/experiencial do que doutrinal/disciplinar. A mensagem de fé nos grupos atinge as pessoas que não se satisfazem com uma fé formal/institucional. Essas pessoas sentem-se atraídas pelo evangelho na medida em que são atingidas em suas “regiões de crenças” e “regiões de incredulidade”. Para tanto, há que se propor uma nova metodologia de evangelização, capaz de reconfigurar os símbolos religiosos (imagens, ritos, linguagem, instituições) em um novo contexto de religiosidade.

A “fé existencial” é aquela que responde às necessidades espirituais do cotidiano das pessoas, dando sentido às situações pessoais, familiares, sociais. Desse modo, a evangelização nos GR-F ajuda a desenvolver uma linguagem adaptada ao meio dos ouvintes, da mensagem proclamada. É uma linguagem secularizada, leiga, sem a gramática do teólogo magisterial. Isso faz dos GR-F espaços catecumenais para muitos que não vão à Igreja oficial. E mostra, também, que as estruturas paroquiais não são suficientes para garantir a pertença comunitária, chave da evangelização em toda a Igreja.

²⁴ Dom Luís FERNANDES, *Como se faz uma CEBs*, 62-63.



Dois elementos ajudam para isso: 1) na evangelização nos GR-F são as tradições de devoções e piedades populares. Essas tradições sustentam a fé das pessoas no contexto de suas experiências cotidianas. Mas em geral, essas devoções têm origem na Igreja tradicional e são acríticas. Precisam ser atualizadas em seu significado para as pessoas e comunidades de fé atuais. Isso exige ressignificação linguística, simbólica e gestual da piedade popular. Em situações de sofrimento e dor, as devoções unem o consolo e a profecia numa função crítica e de contestação, quando se constata situações de injustiça na raiz do sofrimento humano.

2) É fundamental entender os GR-F como uma escola bíblica. Recupera-se, assim, a sua origem nos “Círculos Bíblicos”. O desafio na metodologia da evangelização da Igreja que se assenta nos GR-F é desenvolver um método de compreensão das Escrituras que torne o texto carregado de sentido para o contexto dos que o escutam nas reuniões do grupo. Trata-se da releitura bíblica, como elemento fundamental para a eficácia da evangelização nos GR-F.

5.7 Desafios para a formação dos GR-F

Sem dúvida, muitos são os desafios para fazer com que o conteúdo catequético-pastoral dos GR-F (bíblico, teológico, social, espiritual) seja transmitido e assimilado com profundidade, tanto no grupo quanto na comunidade eclesial. Dentre esses desafios, destacam-se:

- a) A necessidade da formação de animadores/as de GR-F com uma bagagem teórica e metodológica que os capacite para uma atuação eficiente e eficaz nos grupos. As pessoas que desenvolvem o serviço de animação dos GR-F receberam uma formação comum às outras lideranças. E muitas delas não receberam formação nenhuma... Dada a especificidade dos GR-F, como aqui constatada, faz-se mister também uma formação específica, com uma teoria e metodologia adequadas à eclesiologia, pastoral e espiritualidade dos GR-F.
- b) O conteúdo catequético-pastoral do GR-F concorre com outros conteúdos, apresentados em outros espaços eclesiais. A vitalidade da Igreja que ele propõe não encontra fácil integração ou complementariedade nos conteúdos teológicos, pastorais e espirituais transmitidos nesses espaços. Talvez a chave para equilibrar, e se possível integrar, os diferentes conteúdos, seja



apresentar o conteúdo proposto pelo GR-F como “critério de discernimento” dos demais conteúdos.

- c) O conteúdo social parece, por vezes, uma “racionalização” da fé, da vida eclesial e social, por parte de quem elabora o material do GR-F. Este possui uma consciência de fé esclarecida, teologizada e politizada. Mas há que se verificar se na consciência religiosa popular essa “forma” encontra acolhida real. Nem todas as pessoas “tornam-se adultas” na fé e na vida eclesial, mesmo após anos de participação no GR-F... A maioria(?) permanece no horizonte da religiosidade popular espontânea e apolítica. Isso parece não responder à “racionalidade” presente no planejamento e articulação dos GR-F.

Não se pretende oferecer nenhuma receita para superar os desafios. Buscamos apenas indicar alguns elementos que podem ajudar na busca de saídas aos impasses constatados.

Primeiro, é preciso investir na compreensão da Igreja que se manifesta nos GR-F, desenvolvendo uma eclesiologia que lhes seja apropriada. A viabilidade dos GR-F está onde a Igreja se manifesta como Povo de Deus, de comunhão e participação, com espaços efetivos para a atuação dos ministérios leigos. Os GR-F são conaturais a essa forma de ser Igreja.

Segundo, é preciso apresentar os GR-F como um *critério* de orientação, discernimento e organização da vida eclesial. Não significa que outros modos de ser e de agir não tenham espaço na Igreja. É óbvio que os GR-F não são a única forma de ser Igreja. Mas o GR-F é um modo *privilegiado* de expressão da Igreja. Outros modos têm lugar na medida em que se vinculam de alguma forma aos GR-F. Numa Igreja que tem por “chão” os GR-F, não poderia haver projetos e/ou ações que estejam deles totalmente desvinculados.

Terceiro, é preciso assumir as consequências da opção eclesial na pastoral. O modo de ser Igreja implica no seu modo de agir. Trata-se de assumir a metodologia, os objetivos e o conteúdo teológico/eclesial dos GR-F como a metodologia, os objetivos e o conteúdo da evangelização e da organização da Igreja. Isso implica na coragem de redimensionar estruturas eclesiais, objetivos e planos pastorais, teologias e espiritualidades, a fim de que os GR-F sejam os eixos dinamizadores da comunidade eclesial.



Quarto, é preciso ser coerente com a *espiritualidade* dos GR-F. Não pode haver contradição entre o modelo de Igreja que se quer e a espiritualidade que a alimenta. A espiritualidade é o que liga o plano teórico e o prático do ser e agir da Igreja. É aqui que, de fato, se concretiza a opção pelos GR-F. O jeito de ser Igreja no GR-F envolve espiritualmente a Igreja como um todo. A opção por esse jeito de ser é um processo espiritual, e somente quem o faz entende o que significa dizer: “o GR-F é o chão da Igreja”. Tal fato envolve o intelecto – compreender Deus e a Igreja no GR-F; e o afeto – “viver/sentir” a experiência de Deus e de Igreja nos GR-F.

Concluindo: Paróquia, comunidade em rede dos Grupos de Reflexão/ Família

A paróquia é chamada a ser uma comunidade de comunidades, que se constitui pela rede dos vários GR-F. Paróquia-comunidade-grupos, todos vinculados por um programa comum de evangelização, na dinâmica da organização da vida cristã e na espiritualidade que forma o projeto eclesial e social. Isso garante uma interdependência das diferentes instâncias da comunidade cristã, numa relação orgânica entendida como “rede”. A rede dos GR-F garante a colaboração, a solidariedade, a ajuda mútua, o compromisso comum entre os grupos e destes com a comunidade e a paróquia. Permite a troca de experiências e de informações, a diversidade e autonomia no interior da interdependência. No sistema de rede funciona o aprendizado e o crescimento comum. Não pode haver competição, acumulação, querer tirar vantagem. Todos lutam por todos, num espírito de gratuidade, serviço, caridade. A ação é do Espírito, livre e vinculada ao mesmo tempo.

Na rede, o papel da liderança se desenvolve através do diálogo. A coordenação não está autorizada a “falar em nome dos” membros do grupo. É, antes, um eco da fala deles. Não representa o pensamento do grupo, mas o transmite. Quem lidera não “age pelos outros” mas faz do seu agir uma expressão e um prolongamento da ação do grupo. A experiência da democracia nas decisões é “direta”, e não “representativa”. Na democracia direta a ação dos membros do grupo é determinante, suas opiniões e decisões dão o andamento do conjunto. Se há delegação de poder, também isso é fruto de um acordo livre, aberto e rotativo, de acordo com a disponibilidade de cada um.



A rede dos GR-F é uma organização horizontal, que propõe um modelo bem definido de Igreja e de sociedade, o modelo de comunhão e participação em oposição ao modelo piramidal/hierárquico. Isso faz com que os GR-F em rede formem a comunidade paroquial num jeito próprio de ser Igreja. Na medida em que o espírito da colaboração, da participação e da corresponsabilidade vai se fortalecendo, a paróquia torna-se comunidade. Cada membro do GR-F quer fazer na paróquia-comunidade a experiência de participação que faz no próprio grupo, sendo autônomo em sua ação e responsável pelos seus efeitos na realização da sua missão.

Endereço do Autor:

Paróquia N.S.de Lourdes e São Luiz
Rua Padre Schrader, 01 – Agronômica
88025-090 Florianópolis, SC